



Comitê ESPM de Direitos Humanos Relatório de Atividades 2019

Apresentação

Terminado o ano de 2019, o Comitê ESPM de Direitos Humanos completou dois anos de existência. Embora a ESPM já desenvolvesse uma série de ações de promoção dos direitos humanos, diversidade e cultura da paz, com a criação do Comitê o debate sobre o tema se intensificou e gerou novos frutos no último biênio.

O Comitê surgiu no final de 2017 como decorrência do Pacto Universitário pela Promoção do Respeito à Diversidade, da Cultura da Paz e dos Direitos Humanos, uma iniciativa do então Ministério da Educação e do Ministério da Justiça e Cidadania. Considerando a relevância do tema e o alinhamento à visão, missão e valores da ESPM, a Escola tornou-se signatária do Pacto, unindo-se a cerca de 300 instituições de educação superior em todo Brasil. Ao assinar o documento, cada escola se comprometia a reportar ações desenvolvidas no âmbito universitário que contribuíssem, de alguma maneira, para a promoção dos direitos humanos. A fim de melhor gerenciar suas iniciativas, a ESPM constituiu este Comitê, cuja principal função, na época, era reportar aos órgãos governamentais as iniciativas promovidas e desenvolver planos de ação anuais.

O primeiro ano de trabalho do Comitê ESPM de Direitos Humanos teve como desafio a criação de processos e estruturas para recolhimento de informações e divulgação sobre o que as diversas áreas da Escola realizavam, além de fomentar o desenvolvimento de novas iniciativas. Ao fim de um ano de trabalho, foram inventariadas cerca de 200 ações de promoção dos direitos humanos em todos os âmbitos e Unidades da ESPM. Tais ações foram descritas no Relatório de Atividades 2018, disponibilizado em: <http://direitoshumanos.espm.br> Com a mudança do governo federal em 2019, o Pacto foi desativado. Não obstante, a ESPM reiteceu seu compromisso com os direitos humanos e decidiu manter em atividade o Comitê ESPM de Direitos Humanos, que ampliou suas atividades

e intensificou iniciativas para estimular a sustentabilidade e superar a violência, o preconceito e a discriminação no ambiente universitário.

A fim de evidenciar tais avanços, os conteúdos e a organização do presente Relatório diferem da versão anterior. Ao invés de fornecer um descritivo de ações, como no ano passado, o presente documento apresenta uma abordagem mais estratégica e procura demonstrar como a temática dos direitos humanos vem sendo incorporada à gestão e à cultura institucional, além de demonstrar como o Comitê ESPM de Direitos Humanos vem se articulando para fomentar, integrar, potencializar e divulgar as iniciativas desenvolvidas pelos diversos cursos, departamentos e Unidades da Escola.

Evidentemente, como não poderia deixar de ser, as centenas de ações em curso têm merecido a devida visibilidade. Como uma das principais conquistas deste Comitê, divulgamos aqui, orgulhosamente, o Observatório Permanente de Direitos Humanos: um canal criado em 2018 e consolidado em 2019 para a divulgação contínua das iniciativas de promoção dos direitos humanos protagonizadas pela ESPM. Disponível no site institucional, esse canal confere maior agilidade à comunicação das ações realizadas, permitindo divulgá-las conforme acontecem, sem a necessidade de se aguardar por reportes e relatórios anuais. Ademais, permite expandir o público de alcance para muito além dos muros da escola, colaborado para estimular a promoção dos direitos humanos no ambiente universitário.

Vale esclarecer que os conteúdos disponíveis no Observatório Permanente de Direitos Humanos não estão organizados por curso ou departamento, como ocorreu no Relatório de Atividades 2018. Com o tempo, observamos que uma parcela crescente das iniciativas tem envolvido e congregado diversas disciplinas, cursos, departamentos e Unidades, em um movimento que tende a se intensificar. Sendo assim, as ações são divulgadas de acordo com o tipo, considerando-se quatro eixos de ação:



Produção de Conhecimento

1) Produção de conhecimento – inclui toda a produção acadêmica que dialogue com a temática dos direitos humanos, docente e discente, em nível de graduação ou pós-graduação, em todos os campos do conhecimento nos quais a ESPM mantém cursos e atividades, tais como: produção de reportagens, filmes, vídeos, projetos fotográficos, programas de rádio, podcasts, revistas, jornais, sites e outros formatos digitais, artigos científicos, livros, projetos de iniciação científica e trabalhos de conclusão de curso, sejam eles monográficos ou experimentais.



Reflexão e Debate

2) Reflexão e debate – nesse pilar se enquadram todas as ações realizadas na Escola para incentivar a tomada de consciência e a discussão sobre os direitos humanos. Isso inclui aulas, disciplinas e cursos oferecidos que dialoguem com o tema, palestras, ciclo de debates, entrevistas, eventos, mostras de artes visuais, cinema, teatro ou quaisquer outras manifestações artísticas, simpósios, *workshops*, concursos etc.

Gestão

3) Gestão – diz respeito aos processos de gestão da ESPM, demonstrando um cuidado da Escola para que suas práticas – tanto no campo pedagógico como administrativo – contribuam para promover o desenvolvimento humano em toda a sua potência. Aqui se incluem, por exemplo, canais de diálogo e melhoria, programas de apoio psicológico e neuropsicopedagógico para discentes, o programa de fortalecimento do processo de inovação acadêmica, os programas de jovem aprendiz, diversidade, acessibilidade e inclusão e o centro de desenvolvimento socioambiental, além de parcerias firmadas com instituições que atuam em lutas pelos direitos humanos, como o InPacto, uma organização sem fins lucrativos que mobiliza os diferentes setores da economia na promoção do trabalho digno.

Projetos Sociais

4) Projetos sociais – são atividades promovidas pela ESPM com vistas a promover o desenvolvimento humano para além das paredes da Escola, com foco nas comunidades do entorno. A ESPM Social São Paulo, ESPM Social Rio de Janeiro e NUVE/RSA (Núcleo de Voluntariado Estudantil em Responsabilidade Socioambiental) da ESPM Porto Alegre realizam um papel protagonista nesse sentido, desenvolvendo dezenas de projetos sociais anualmente. Há ainda projetos de cunho institucional – como o Livro Livre e o ESPM nas Nuvens – e uma série de ações pontuais empreendidas por alunos, professores e funcionários administrativos.

Adicionalmente, as ações postadas no Observatório dialogam com os 17 Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável (ODSs) propostos pela Organização das Nações Unidas (ONU) na Agenda 2030. É importante registrar, ainda, que as postagens não estão organizadas por ano, já que parte considerável das iniciativas promovidas pela ESPM representam programas ou ações contínuas ou projetos de médio e longo prazo, que podem se estender por alguns ou vários anos.

Convidamos você, caro leitor, a combinar a leitura do presente relatório com o acompanhamento contínuo do Observatório Permanente de Direitos Humanos, disponível em <http://direitoshumanos.espm.br>.

Boa leitura.

Profa. Dra. Gisela G. S. Castro

Coordenadora do Comitê ESPM
de Direitos Humanos
direitoshumanos@espm.br

Para saber mais, acesse:

[www.espm.br/a-espm/
comite-espm-de-direitos-humanos](http://www.espm.br/a-espm/comite-espm-de-direitos-humanos)

Sobre direitos humanos e a Agenda 2030 da ONU

O que são direitos humanos? Grosso modo, direitos humanos seriam direitos inerentes a todo e qualquer ser humano independentemente de raça, sexo, gênero, etnia, nacionalidade, idioma, religião, classe social, posição política ou quaisquer outras condições sociais, culturais e conjunturais. A ideia é que esses direitos sejam considerados tão essenciais ao desenvolvimento e à dignidade humanos que transcendam qualquer outra esfera específica.

As atrocidades decorrentes do cenário de guerra que envolveu diversos países nas primeiras décadas do século XX estimularam um debate sobre a necessidade de se estabelecer direitos humanos basilares, buscando a redação de uma carta de direitos que pudesse servir como um norte para o avanço nas discussões em nível transnacional.

Desse contexto surgiu a Declaração Universal dos Direitos do Homem (DUDH), elaborada por representantes de diferentes origens jurídicas e culturais. A Declaração foi proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em Paris, em 1948. Desde seu surgimento, foi traduzida em mais de 500 idiomas, tendo se tornado o documento mais traduzido do mundo.

Apesar da sua relevância, a DUDH não constitui uma lei, mas uma carta de intenções. Como se sabe, há muito o que caminhar no sentido de assegurar que mesmo os direitos humanos sobre os quais haja certo consenso sejam respeitados e cumpridos mundo afora. É importante lembrar que apesar da Declaração se propõe universal, mas nem todos os países são signatários. Mesmo dentre os signatários, há diversas interpretações sobre o que seriam efetivamente considerados direitos humanos essenciais e como garanti-los, de modo que não se trata de um campo livre de lutas e discordâncias.

Desde de que foi promulgada, a DUDH vem sendo revista e ampliada por outros pactos e conven-

ções, tais quais o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos, o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, a Convenção para a Prevenção e a Repressão do Crime de Genocídio, a Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres, a Convenção sobre os Direitos da Criança e da Adolescência, e a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, entre outros.

Em 2015, a Organização das Nações Unidas estabeleceu um plano de ação mundial com vistas a ajudar a concretizar os direitos humanos até o ano de 2030. Foram traçados 17 Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável, a serem perseguidos por governos, empresas, organizações da sociedade civil e por toda a sociedade. Para cada objetivo traçado, foram detalhadas metas de ação, no total de 169 metas.



Fonte: ONU

Considerando sua missão institucional de formar lideranças capazes de transformar os negócios e desenvolver o país e seu papel protagonista nas discussões sobre a responsabilidade social corporativa no Brasil, a ESPM está mais diretamente comprometida em colaborar com o ODS 4 - assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade - e o ODS 16 - construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

Além desses dois objetivos de desenvolvimento sustentável prioritários, são promovidas na ESPM centenas de atividades que colaboram, de formas variadas, com todos os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, conforme é possível conferir no Observatório Permanente de Direitos Humanos, disponível em: <http://direitoshumanos.espm.br>.

Para conhecer os 30 artigos da Declaração Universal dos Direitos do Homem (DUDH), favor acessar: <https://nacoesunidas.org/direitoshumanos/textos-explicativos/>.

(último acesso em abril/2020)

Para conhecer os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável que compõem a Agenda 2030 da ONU, favor acessar: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>.

(último acesso em abril/2020)

Sobre Direitos Humanos na ESPM

Transcrição da entrevista feita por Rosa Fonseca com as professoras Gisela Castro e Cristina Helena Pinto de Mello, realizada pelo Zoom em 01/05/2020.



Cristina Helena Pinto de Mello



Gisela G. S. Castro

Por que falar em direitos humanos no âmbito universitário? Qual a importância desse tema no contexto universitário brasileiro?

Profa. C.H.: Quando surgiu a ideia de assinarmos o Pacto (eu lembro como se fosse ontem), aquilo veio direto no âmago do meu espírito, porque eu acredito na formação de cidadãos e não apenas profissionais de mercado. Acredito em uma formação ética, engajada, capaz de propor transformações para uma sociedade melhor. O espaço universitário é um espaço de formação de pessoas que vão transformar a sociedade, então eu acho que é um papel das instituições de ensino propor discussões com os alunos. Apresentar a eles debates e perspectivas sobre direitos humanos para que tenham uma formação mais humanista.

Profa. G.C.: Não adianta ensinar apenas a fazer, a gente tem que também ensinar os estudantes a serem responsáveis por aquilo que eles fazem. Ensinar a ler o contexto das tarefas que desenvolvem, entender onde elas estão inseridas e de que maneira estão contribuindo socialmente. Além dos diferentes conteúdos que compõem os cursos da ESPM, essa formação que também os ensina a serem pessoas e profissionais socialmente responsáveis é absolutamente vital e necessária para complementar uma educação de qualidade.

Na sua visão, quais os principais desafios em promover a educação para os direitos humanos?

Profa. C.H.: Creio o que primeiro deles seja o superar o preconceito, uma percepção estigmatizada de que existe na sociedade, fruto de um trabalho que foi competente em associar direitos humanos à permissividade, à injustiça social... Uma preocupação é desmistificar esse preconceito e deixar claro que não estamos, de forma alguma, ao lado de quem quer fazer populismo a partir dos direitos humanos. Não perfilamos esse grupo. A gente está no grupo dos que querem ouvir quem precisa ter voz, dos que compreendem que tem que entender o lugar do outro além do seu próprio lugar. Entendemos os nossos posicionamentos e lugares de fala sem desfazer de nossas perspectivas, mas adicionando a perspectiva do outro. Então eu acho que desfazer o preconceito é maior desafio hoje.

Profa. G.C.: No senso comum por vezes ouvimos falar de “direitos humanos para humanos direitos”, o que demonstra uma percepção de que direitos humanos seria uma coisa que atrapalha e não ajuda; atrapalha o dia a dia, atrapalha até a justiça. Coisas como “a polícia prende, vem os direitos humanos

mandar soltar...”. São coisas assim. Mas a gente está pensando no mundo das empresas, na esfera do mercado. Vivemos um momento em que não adianta só ser competitivo, criar bons produtos, ter uma marca bem posicionada, você também tem que ser um agente socialmente responsável. Basta ver os problemas que as empresas têm quando se descobre que há trabalho escravo na sua cadeia produtiva, por exemplo. De vez em quando pipocam denúncias que podem respingar feio nas marcas, como denúncias de assédio, uso predatório dos recursos naturais e tudo isso precisa ser olhado pelas empresas, pois hoje o próprio mercado cobra isso das empresas. Direitos humanos é um debate decisivo nesse sentido.

Profa. C.H.: É o consumo ajudando a construir a cidadania.

Profa. G.C.: Sim, não deixa de ser. Tem uma hora que consumo e cidadania andam perto. A ESPM é uma Escola muito ligada ao mercado, mas é a esse mercado, que se entende responsável, sustentável, interconectado. A gente não está sozinho no Velho Oeste, dando tiro em todo mundo que a gente acha que atrapalha o pedaço que a gente decidiu chamar de nosso. A gente evolui como civilização e como mercado. E os direitos humanos entram aí com a ideia de respeito ao próximo, respeito à diversidade... Sim, nós somos diversos: nas nossas histórias, jeitos de pensar, de agir, de ser... e isso é bom, inclusive para os negócios. Abraçando isso a gente estimula ambientes mais heterogêneos e as inovações acontecem. Se a gente tem um ambiente de mesmice, não vai aparecer muita coisa nova, diferente, que nos faça ir pra frente, aparecer e andar. Então, direitos humanos não é só uma questão de respeito ao próximo pura e simplesmente – como se isso fosse pouco! – mas é também uma questão de fomento à diversidade, à heterogeneidade e a novas ideias circulantes, o que ao fim, também é algo de que o mercado se nutre.

Profa. C.H.: Tem um autor que eu gosto muito, o John Rawls, que fala da importância de voltarmos ao estado natural para a construção de um contrato social justo. E o que seria o tal do estado natural? Seria como se a gente voltasse pra nuvem antes de nascer, onde a gente não sabe que lugar a gente ocupará na sociedade. E desse lugar pensar o que se considera que seria justo. É você se despir da sua persona para olhar para um universo diverso como sendo um universo de possibilidades para você e entender o que seria a justiça social dentro dessa diversidade. Então quando eu olho para a Escola, vejo a gente tentando construir esse entendimento de que a construção da justiça social se dá no exercício de sair da posição que a gente ocupa. Não se constrói um tecido social só com o Estado ou só com o mercado. Ambos têm um papel importante na construção do tecido social. Não é uma questão de abominar o Estado, nem de abominar o mercado, isso não é uma discussão dicotômica. A discussão é: qual é o Estado, qual é o mercado que a gente quer? E qual a melhor forma de interação entre os dois para a gente ter uma sociedade mais justa?

Gostaria que falassem um pouco sobre direitos humanos e comunicação social. Que relações podemos observar entre respeito e promoção dos direitos humanos e setores como publicidade, jornalismo, audiovisual e design, por exemplo?

Profa. G. C.: A comunicação social é um dos pilares do contemporâneo. Vivemos em um mundo mediado. Boa parte da nossa experiência de mundo nos vem por intermédio dos meios de comunicação. Agora, nesse momento de isolamento social, isso está ainda mais dramático: boa parte das nossas interações sociais acontecem no ambiente digital,

por telefone etc. Mas mesmo antes desse momento excepcional, em grande parte do tempo nós interagimos por intermédio de diferentes meios de comunicação. Não é desprezível pensarmos, como sugere o Prof. Muniz Sodré - um dos maiores estudiosos da comunicação do Brasil - na comunicação como um “bios”, como um ambiente no qual vivemos. E os profissionais de comunicação têm um papel importante nisso tudo. Sabemos bastante bem como pode ser danosa e complicada a circulação de notícias falsas, deturpadas, a sempre presente ameaça à esfera pública que vem por parte de pessoas que deliberadamente tentam corrompê-la por meio desse tipo de notícias, então a responsabilidade social na comunicação é muito grande. Pensando na publicidade, como ela pode trabalhar ora para reforçar preconceitos e estereótipos que existem na sociedade, ora para colocá-los em questão e provocar uma tomada de consciência, uma sensibilização, uma parada para pensar. Sempre há mais de uma maneira de abordar algo no mundo na publicidade, que pode ser mais ou menos respeitosa. Então por que não fazer respeitosamente? A mesma coisa acontece com o jornalismo, o design e as diferentes áreas da comunicação social. Quando a gente trabalha na formação de futuros profissionais, na Escola, a gente tem que levar consideração a importância do papel social que vão desempenhar.

Profa. C.H.: A imagem, a linguagem, elas dão contorno a significados, permitem tangibilizar percepções, emoções, conexões. Essa talvez seja a grande importância do que a gente faz na Escola: qualificar para o uso dessas linguagens. A chegada das redes sociais deu abertura para gente que nunca experienciou o dano que é possível causar - e tomara que consigam perceber as consequências e o impacto potencial. Temos uma atribuição formativa de evitar que nossos alunos passem por isso, que eles sejam qualificados para não passar por esse tipo de experiência.

Profa. G.C.: Pensando em um mercado exigente, é isso que se espera de um profissional responsável. Pode-se causar um dano sério a uma empresa ao manipular de forma leviana os sentidos ligados a uma marca. Os sentidos estão sempre em disputa, são alvo de negociação permanente no ambiente social. Quem trabalha com as narrativas está muito envolvido nessa produção social de sentidos, então é preciso ser cuidadoso.

Seguindo nessa linha, gostaria que comentassem sobre a questão da responsabilidade social corporativa e a temática dos direitos humanos. Que relações poderíamos desenvolver entre esses dois assuntos? Por que dizemos que, na ESPM, o tema dos direitos humanos é trabalhado na chave da responsabilidade social?

Profa. G.C.: A gente pode trabalhar direitos humanos de várias maneiras. Pode trabalhar no campo do direito propriamente dito, pensando no conjunto de leis e normativas que visem garantir espaços de liberdade, tolerância etc. Pode trabalhar em uma chave mais ideológica, questionando de que humanos estamos falando, questionando a ideia universal de ser humano, ou questionando o que entendemos por direitos, quais são os limites e contornos... E a gente pode falar de uma maneira bastante pragmática, pensando nos direitos humanos como um ingrediente indispensável na formação de futuros profissionais que sejam socialmente responsáveis. Ser um profissional que não respeite e que não promova o respeito aos direitos humanos não é mais aceitável, porque não é mais aceitável ser um cidadão que não conheça e respeite esses direitos.

Profa. C.H: O nosso trabalho não é um meio de sobrevivência para nós. O trabalho dessa instituição e o trabalho de cada um que faz parte da ESPM é um trabalho permeado de valores, por intenções. A gente quer formar pessoas para uma sociedade. Não é só para ter emprego e ascensão de carreira. É claro que emprego e ascensão na carreira são essenciais, tanto para a sobrevivência como para poder melhor promover uma maior transformação. Mas isso é um meio. A educação para os direitos humanos, para mim, cristaliza os nossos valores: concretiza o que a gente acredita, é o que gente faz. Faz com que o trabalho não seja apenas um meio de sobrevivência para nós.

Profa. G.C.: É importante frisar que os direitos humanos não são uma coisa externa aos valores que a Escola já defende e à cultura que a Escola já procura implementar em suas condutas, práticas e ambientes de trabalho. Desde o começo do Comitê a gente percebeu um alinhamento claro entre a visão institucional e essa ideia de direitos humanos. A gente já sabia disso, mas não tinha clareza do quanto. Tem sido muito gostoso verificar isso e contar essa história.

Profa. C.H: Um dos eixos das creditações internacionais que estamos buscando é justamente ética e direitos humanos. Então, a trajetória que a gente vem construindo no tema dos direitos humanos nos coloca na direção que as instituições de ensino de referência no mundo também estão caminhando.

Profa. G.C.: Portanto, a gente não está sozinho nessa trilha. Direitos humanos são também valorizados nas instâncias avaliadoras internacionais.

Profa. C.H: Sim, não é voluntarismo nosso. É um valor mundial. A gente tem que entender que isso é uma questão supra institucional. A gente está se

unindo a uma rede de instituições que trabalham com essa mesma vocação e vontade. E essa base também permite a internacionalização dos alunos e, em um ciclo, essa formação internacional dos alunos também potencialmente acabará por colaborar para um olhar para os direitos humanos, porque eles conhecem outras culturas, outras pessoas, outras visões. Enfim, está tudo ligado.

Na sua visão, quais têm sido os aprendizados desde o início dos trabalhos do Comitê ESPM de Direitos Humanos, no final de 2017? Quais as perspectivas para esse trabalho nos próximos anos?

Profa. C.H: O Comitê permitiu um reconhecimento institucional e uma unidade entre os diferentes cursos, departamentos e Unidades da ESPM. Percebemos contornos institucionais, uma cara nossa, um objetivo comum que permite que a gente perceba que estamos em um lugar em que gostaríamos de estar.

Profa. G.C.: O que me chamou a atenção desde o começo foi a quantidade de “maluco sonhador” que existe dentro dessa Escola. Como não é difícil encontrar pessoas interessadas em trabalhar nas temáticas dos direitos humanos dentro da chave de responsabilidade social. É um tema que mobiliza. Desde os alunos, que aplaudem quando a gente vai lá falar com eles sobre direitos humanos e explica que os 70 anos da Declaração Universal não significam tanto tempo assim. Para eles, 70 anos é tempo pra caramba, mas se colocarmos em perspectiva, percebemos que é uma discussão muito recente na história da humanidade. É um sopro. Só há algumas décadas houve um mínimo consenso sobre o que deveria ser garantido para todas as pessoas. Até bem pouco tempo era um

“vale tudo”: qualquer um achava que podia fazer valer a sua ideia. É um ganho civilizacional termos hoje certo consenso em relação aos direitos humanos, mesmo que seja um consenso em disputa, porque sempre há disputas. Desde esse trabalho com os estudantes, até mesmo o trabalho braçal que envolve os docentes e outros funcionários, porque as pessoas se engajam, abraçam essas atividades porque se sentem entusiasmadas, porque gostam, porque se interessam, acham que tem a ver. É uma delícia. Não estamos sozinhos. Não trabalhamos nisso só porque precisamos, mas porque a gente quer, a gente gosta. Saber que a escola também acha um tema importante é realmente ótimo. Quanto ao futuro, tenho a impressão de que dificilmente essa Escola se livraria de ter algum Comitê de Direitos Humanos (risos). Me parece que essa ideia tem sido bem recebida e a cada ano que passa isso se consolida.

Profa. C.H: No começo, a perspectiva era fazermos parte de uma rede com outras instituições de ensino, uma coisa fora-muros da Escola. Hoje me parece que a perspectiva é de uma tenacidade, de seguir valorizando os direitos humanos, independente do que muito nos surpreendeu, que foi a desconstrução arbitrária dessa rede institucional valorizando os direitos humanos nas instituições de ensino superior, da qual não abrimos mão. Vamos continuar o trabalho. Nessa perspectiva é manter a nossa trajetória, dando um exemplo que, inclusive, pode ficar para outras instituições.

Principais atividades do Comitê ESPM de Direitos Humanos em 2019

Assista ao vídeo da Profa. Gisela Castro falando sobre as principais realizações do Comitê ESPM de Direitos Humanos em 2019: <https://direitoshumanos.espm.br/gestao/video-sobre-as-principais-realizacoes-do-comite-dh-em-2019/>

De dezembro de 2018 a dezembro de 2019, diversas instituições mundo afora participaram das celebrações do 70º aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Na ESPM, o ano foi marcado pelo lançamento de materiais didáticos e produção de eventos culturais com foco na educação em direitos humanos.

Podcast 2 e 2 são 3?



O podcast do Comitê ESPM de Direitos Humanos foi criado para discutir cada um dos 30 artigos da Declaração Universal dos Direitos do Homem a partir de uma abordagem contextual. O conteúdo é público e gratuito e este material pode ser utilizado como referência para aulas e outras

atividades educativas dentro e fora do âmbito da ESPM. O podcast 2 e 2 são 3? está disponível nas plataformas Spotify (https://open.spotify.com/show/5p1bIRZeCnKNwh5ROri529?si=d9HF-TFMXSIOjOcp5b_uiBw) e Anchor (<https://anchor.fm/2e2sao3>).

O projeto foi executado nos laboratórios do Núcleo de Imagem e Som (NIS) da ESPM São Paulo congregando o trabalho de docentes, discentes, funcionários administrativos da ESPM, convidados e voluntários.

O primeiro episódio apresentou entrevista com Gunther Rudzit, professor do curso de graduação em Relações Internacionais da ESPM, que discute sobre o cenário pós 2a. Guerra Mundial como contexto para a criação da ONU e elaboração da DUDH. No segundo episódio, o entrevistado é Leonardo Trevisan, cientista político, jornalista e professor da graduação em Comunicação Social da ESPM São Paulo que nos ajuda a compreender o panorama econômico e político que deu origem à DUDH. Alguns dos próximos episódios se encontram em fase final de pós-produção e serão lançados ao longo de 2020.

Vídeo sobre o Comitê ESPM de Direitos Humanos

Como parte das parcerias estabelecidas entre o Comitê ESPM de Direitos Humanos e os cursos de graduação ESPM, a Profa. Gisela G. S. Castro, coordenadora do Comitê, concedeu uma entrevista aos alunos do Arenas, o hub de criatividade e negócios do curso graduação em Publicidade e Propaganda da ESPM. O conteúdo ganhou a forma de um vídeo-entrevista que aborda as seguintes questões:

- a) Como surgiu o Comitê ESPM de Direitos Humanos?
- b) Qual a importância da promoção dos direitos humanos para a Escola?
- c) Que tipo de ações a ESPM desenvolve para incentivar o debate sobre a diversidade, a cultura da paz e os direitos humanos e uma cultura inclusiva?
- d) O que é preciso para ultrapassar a barreira do discurso e implementar políticas de inclusão?
- e) Como o Comitê vê o desafio de ajudar a esclarecer a importância dos direitos humanos para a sociedade?
- f) Como podemos colaborar com o Comitê ESPM de Direitos Humanos?

O vídeo está disponível no Observatório de Direitos Humanos e constitui um material de referência, que pode ser consultado por quaisquer atores interessados em desenvolver ações de promoção de direitos humanos no âmbito universitário.

Mostra de Cinema e Direitos Humanos



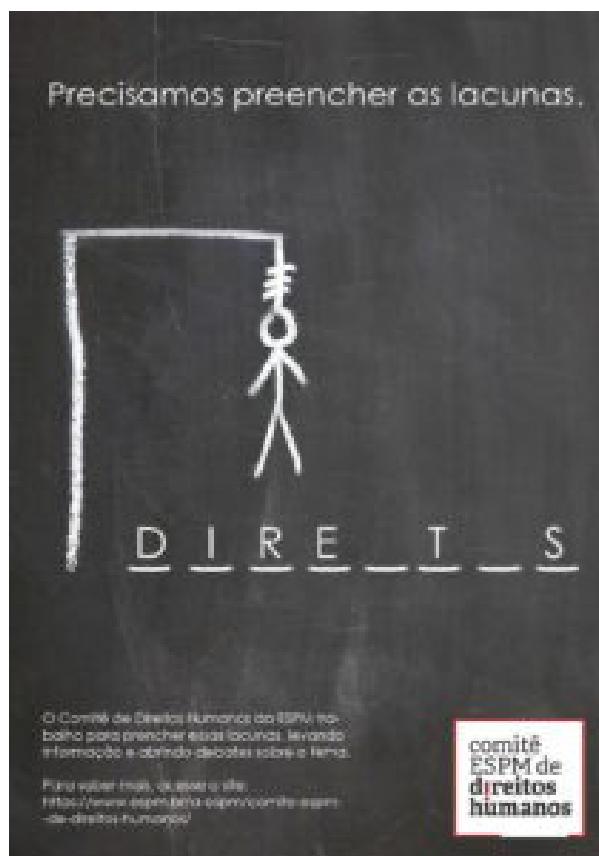
A ESPM recebeu a 12ª edição da Mostra de Cinema e Direitos Humanos. Criada em 2006, em uma parceria do governo federal com o Instituto Cultura em Movimento (ICEM), a Mostra tem como objetivo consolidar a cultura e a educação em direitos humanos, ampliando espaços de debate e discussão por meio da linguagem cinematográfica. O circuito de difusão da Mostra de Cinema e Direitos Humanos congrega instituições públicas, privadas e do terceiro setor que anualmente se apresentam para divulgar e promover sessões gratuitas, abertas ao público em espaços acessíveis.

A 12ª Mostra de Cinema e Direitos Humanos ocorreu de outubro a novembro e contou com a projeção de 14 filmes de curta e média metragem, em sessões sucessivas nos campi da ESPM São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre.

Com ampla divulgação na imprensa local, a Mostra em São Paulo contou com a participação de professores e alunos do mestrado e doutorado em Comunicação e Práticas de Consumo (PPGCOM ESPM) que conduziram debates sobre as questões levantadas nos filmes exibidos. A ESPM Rio de Janeiro firmou parcerias com escolas públicas do entorno para divulgação da Mostra. Em Porto Alegre, as semanas da Mostra convergiram com o 3º Ciclo de Humanidades e Diversidade, evento organizado anualmente pelos cursos de Graduação em Comunicação Social que apresenta uma programação de debates abertos à comunidade. Por meio de uma parceria firmada entre a ESPM São Paulo e a UMC – Universidade de Mogi das Cruzes – a 12ª Mostra de Cinema e Direitos Humanos foi replicada também nesta instituição de ensino superior parceira, permitindo ampliar o público da Mostra a outra cidade do Estado de São Paulo.

Ao fim do período da Mostra, os filmes exibidos foram incorporados ao acervo da Biblioteca ESPM em cada Unidade.

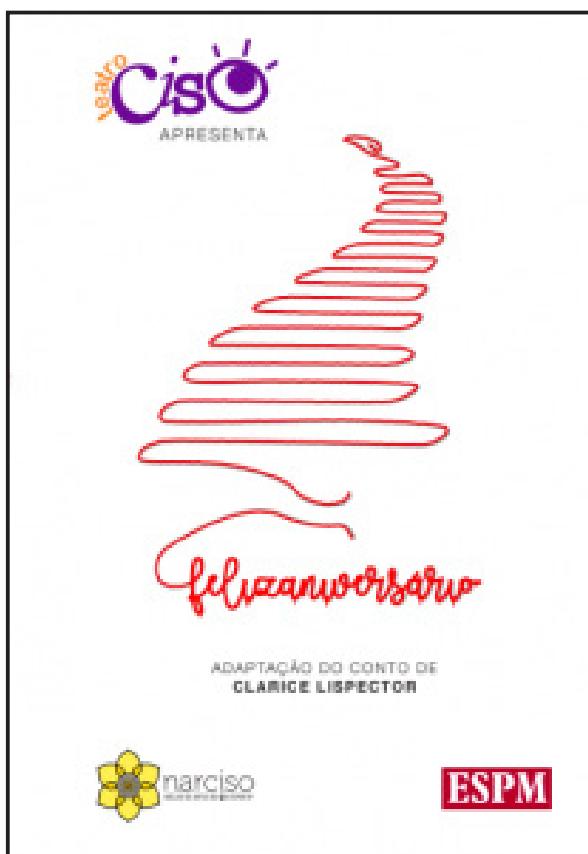
Exposição de cartazes



Como resultado de aulas e discussões em torno da temática dos direitos humanos, alunos do curso de graduação em Publicidade e Propaganda da ESPM SP foram estimulados a produzir, em grupos, cartazes sobre o Comitê ESPM de Direitos Humanos.

Esta produção de cerca de 20 cartazes foi organizada na forma de uma exposição anexa à Mostra de Cinema e Direitos Humanos, no Núcleo de Imagem e Som (NIS).

Apresentação de peça teatral



Foram cinco apresentações da peça “Feliz Aniversário”, uma adaptação do conto homônimo de Clarice Lispector. A obra discute sobre o preconceito contra os mais velhos (idadismo) e faz refletir sobre a convivência entre gerações. O Teatro do CISO é uma iniciativa do curso de graduação em Ciências Sociais e do Consumo da ESPM SP e conta em seu quadro com uma professora especializada em teatro social, que é também integrante do Comitê ESPM de Direitos Humanos.

O grupo é composto por discentes e docentes dos cursos de graduação em Design e em Ciências Sociais e do Consumo e realiza espetáculos teatrais gratuitos e abertos à comunidade que favoreçam a reflexão crítica sobre aspectos de sociedade contemporânea.

Acervo Otávio Roth ESPM



Ao final de 2019, por iniciativa do Comitê ESPM de Direitos Humanos, foi incorporada ao acervo de arte da ESPM uma série de 30 crayons do artista plástico Otávio Roth (na foto acima, cumprimentado pelo então Secretário Geral da ONU por ocasião do lançamento de sua obra sobre os Direitos Humanos na sede da ONU).

A série é composta por 30 reproduções offset, em inglês, medindo 30cm x 40cm cada, feitas pelo artista e ativista na Dinamarca, em 1988, para promover o conhecimento e a compreensão dos 30 artigos da Declaração Universal dos Direitos Humanos a partir da linguagem plástica.

Octavio Roth (1952-1993) foi aluno e posteriormente professor da ESPM. Graduiu-se em Publicidade e Propaganda na ESPM São Paulo e em Artes Gráficas na Hornsey College of Arts, Londres. Ao perceber que, apesar de sua importância, a Declaração se limitava a um texto convencional que dificilmente chamaria a atenção que merecia, Roth teve a ideia de transformá-la em um trabalho gráfico de impacto. Produziu a primeira versão ilustrada da Declaração que, desde 1981, está em exposição permanente nas sedes da ONU em Nova Iorque, Genebra e Viena, bem como na sede da Anistia Internacional em Oslo.

Nos anos de 1980, uma versão deste trabalho ilustrou obra em parceria com a escritora Ruth Rocha, tornando a discussão sobre os direitos humanos acessível também ao público infantil.

O Acervo Otávio Roth ESPM conta ainda com outras produções do artista gentilmente cedidas por sua filha, Isabel Roth, entre cartazes, postais e livretos elaborados a partir de diferentes técnicas e linguagens gráficas e visuais. Após sua digitalização e catalogação, o Acervo estará disponível para exibição e consulta por parte de pesquisadores interessados nas temáticas dos direitos humanos, do gesto artístico e seus muitos desdobramentos em linguagens e estilos e do ativismo por meio da arte, marcas do legado desse artista que faz parte da história da ESPM. Abrigado pela Pró Reitoria de Pesquisa Stricto Sensu, espera-se que o Acervo venha a fomentar pesquisas em nível de graduação e pós-graduação além de debates e exposições.

Para mais informações, acesse: <http://direitoshumanos.espm.br/?s=roth>.

Observatório Permanente de Direitos Humanos



Dentre as ações protagonizadas pelo Comitê ESPM de Direitos Humanos merece destaque a consolidação do Observatório Permanente de Direitos Humanos, idealizado para ser um canal contínuo de divulgação de ações de promoção de direitos humanos.

Ao dar conhecimento dessas ações, o Comitê espera estabelecer um diálogo com todas as partes e públicos interessados em fomentar o desenvolvimento de ações de educação em direitos humanos dentro e fora do âmbito da ESPM.

Para conhecer as variadas iniciativas promovidas pelos diversos cursos e departamentos da Escola e para saber mais sobre os eventos culturais e os materiais educativos desenvolvidos pelo Comitê ESPM de Direitos Humanos, acesse: www.espm.br/a-espm/comite-espm-de-direitos-humanos/.

Quer saber como divulgar ações e iniciativas da ESPM relacionadas aos direitos humanos? Nesse vídeo, a Profa. Gisela Castro explica como: <https://direitoshumanos.espm.br/sem-categoria/como-divulgar-iniciativas-observatorio-dh/>

Conclusão

Direitos humanos, educação e responsabilidade social institucional

O tema dos direitos humanos é abraçado na ESPM sob a perspectiva da educação e da cidadania. Este tema está fortemente alinhado com a nossa missão, nossos valores e nossa cultura institucional. Entendemos a educação para os direitos humanos como parte indissociável da formação universitária de excelência, ingrediente fundamental na formação dos líderes do futuro.

Nesta Escola nós concebemos a formação universitária de qualidade também como uma formação cidadã humanista, ética e engajada. Fomentamos uma educação que permita pensar e construir o mercado e a sociedade que desejamos. Nessa perspectiva, educação, responsabilidade social institucional e direitos humanos se interligam mutuamente. Além disso, a defesa dos direitos humanos tem lugar em nossos valores.

Defendemos a ascensão humana e a melhoria da sociedade como um todo, em total alinhamento com a promoção dos direitos humanos. É por isso que procuramos aproximar nossos estudantes do tema, desconstruindo a ideia de que esse possa ser um assunto abstrato, acessório e distante do ambiente universitário, do mundo dos negócios ou da vida cotidiana. Corroborando com nosso entendimento, certificações internacionais que têm o objetivo de atestar qualidade de instituições de ensino, produtos, melhores práticas empresariais etc. vêm aceleradamente dando destaque à ética e aos direitos humanos como critérios de avaliação. Por tudo isso, entendemos que os direitos humanos constituem uma pauta não apenas urgente, mas também estratégica de âmbito supra institucional e internacional.



comitê
ESPM de
direitos
humanos

Prof. Dr. Alexandre Gracioso
Vice-Presidente Acadêmico da ESPM

Expediente

Coordenação geral:

Gisela G. S. Castro

Coordenadora do Comitê ESPM

de Direitos Humanos

Docente do Programa de Pós-graduação

em Comunicação e Práticas de Consumo

ESPM São Paulo

Redação:

Rosa Alexandra Fonseca

Mestre em Comunicação e Práticas de

Consumo pela ESPM

Projeto Gráfico:

Design Lab ESPM

Coordenação: Prof. Luciano Cardinali